



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES

PROTOCOLO Câmara Municipal de Parauapebas Diretoria Legislativa Data: 23/05/16 11:40h 21/05/16 Assinatura

Memo 036/2016

Parauapebas (PA), 23 de Maio de 2016.

De: Vereadora Eliene Soares

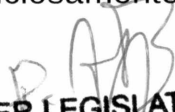
Att: Jardison James

ASSUNTO: Encaminhamento de Projeto

Prezado senhor,

Encaminhamos para entrar em pauta na sessão ordinária do dia 24 de Maio de 2016, Projeto de Lei que proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que embora concluídas não atendam ao fim a que se destina e dá outras providências.

Atenciosamente,


PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal dos Ver. de Parauapebas
Eliene Soares Sousa da Silva
Vereadora



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES

PROJETO DE LEI Nº 025/2016

PROIBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE EMBORA CONCLUÍDAS NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORA: VEREADORA ELIENE SOARES

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art 1º - Esta Lei proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Parágrafo único - para os fins desta Lei consideram-se:

I - Obras Públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a estes e qualquer obra nova de reforma, de ampliação ou de aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente com o dinheiro público;

II - Obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município mesmo que por falta de emissão de autorizações, licenças ou alvarás;

III - Obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que, embora completas, exista algum fator que impeça a entrega ou o seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área de materiais de expediente, de equipamentos afins ou situações similares.

Art 2º - Aos agentes políticos ou servidores públicos fica expressamente proibido realizar qualquer ato para inauguração e entrega de obras



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES

públicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, de materiais de expediente e/ou de equipamentos afins ou situações similares.

Art. 3º - O descumprimento das disposições desta Lei pelo agente político constitui crime de responsabilidade, nos termos do art. 85, inciso V, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e da Lei nº 8.429, de junho de 1992.

Art. 4º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas _____ de _____ de 2016

VALMIR MARIANO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES

JUSTIFICATIVA

Sr Presidente

Nobres vereadores/a

O Projeto de Lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para a Administração Pública: Moralidade e Impessoalidade.

A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e através de denúncias feitas pela população, há inúmeras obras que, após as cerimônias festivas ou solenes para a sua “inauguração”, não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades para as quais realizadas.

Diante disso, torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que não atendam ao fim a que se destinam.

Nesse sentido, este Projeto de lei visa coibir o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade. Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário.

O Projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

O Projeto portanto, inova ao garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES

do calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam às necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Parauapebas (PA), 24 de maio de 2016.

Expreso
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal dos Ver. de Parauapebas
Eliene Soares Sousa da Silva
Vereadora



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA LEGISLATIVA

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Nº 025/2016

Autoria: Eliene Soares

Data de apresentação: 23/05/2016

Ementa: Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que embora concluídas não atendam ao fim que se destina e dá outras providências.

Forma de apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Texto Despacho: Proposição de acordo com os requisitos do art. 135 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Incluir na matéria a ser lida no Expediente da Sessão Ordinária de 24/05/2016

Regime de tramitação: Ordinária

Em 23/05/2016

Despacho sobre recebimento: Recebo a presente proposição e encaminhe-se para leitura.


PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal dos Ver de Parauapebas
Jardison James Gomes da Silva e Silva
Diretor Legislativo
Portaria 973/2015